

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL FERNANDO FERRO - PT/PE



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Requerimento Nº , de 2013

Requer a realização de Audiência Pública, para debatermos sobre o “Uso das Bicicletas no Brasil e as Políticas Governamentais de Incentivo a Utilização deste Modal de Transporte”, no nosso País.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Comissão de Legislação Participativa, a realização de uma Audiência Pública, para que possamos debatermos sobre o “Uso das Bicicletas no Brasil e as Políticas Governamentais de Incentivo a Utilização deste Modal de Transporte”, no nosso País. Para colaborarem como palestrantes nesta Audiência Pública, propomos para sejam convidados representantes das seguintes entidades; o Ministério das Cidades; o Ministério da Educação; o Ministério do Desenvolvimento Industrial e Comércio; o Ministério da Fazenda; a Associação Brasileira do Setor de Bicicletas – Aliança Bike; a Associação Brasileira da Indústria e Comércio de Bicicletas – Abradib; e a Ong Rodas da Paz do DF.

JUSTIFICATIVA

Atualmente, as cidades constituem-se num grande palco de contradições econômicas, sociais e políticas e os seus sistemas viários são espaços em permanente disputa entre diferentes atores que a utilizam para locomoção entre os seus diversos territórios. Entre os diversos tipos de atores encontramos pedestres, ciclistas, condutores e usuários de automóveis, caminhões, ônibus, motos, etc.

Nos últimos anos, as próprias condições de mobilidade urbana, principalmente nas grandes e médias cidades, estão atingindo níveis caóticos e preocupantes. Enquanto isso, várias políticas setoriais trouxeram incentivos fiscais a comercialização de alguns modais de transporte, como no caso dos automóveis, e por outro lado, iniciativas semelhantes não foram tomadas em relação a outras opções de modais, como as próprias bicicletas.

9085AB2400

9085AB2400

Além disso, já se passaram muito mais de três décadas desde que foram desprendidos os primeiros recursos federais, no sentido de promover estudos que apresentassem alternativas para o incentivo ao uso das bicicletas no Brasil e implantação de uma Política Nacional de Incentivo ao Uso das Bicicletas. Este processo teve o seu inicio no fim século passado, após a implantação de um importante Grupo de Trabalho no âmbito Federal, conhecido como “GEIPOT”, denominação dada ao Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes, criado em 1965.

A partir deste Grupo Executivo é que foi posteriormente criada em 1973, a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes - EBTU. Foi este Grupo que lançou as primeiras propostas para a promoção do uso das bicicletas e a implantação de ciclovias e ciclofaixas no Brasil, ainda nos anos 70.

A história da promoção do uso da bicicleta no Brasil tem as suas raízes no GEIPOT. Este Grupo inicia em 1974/1975 o estudo do PDTU-DF, (Plano Diretor de Transporte Urbano do DF) e a elaboração do primeiro manual brasileiro sobre bicicletas. O documento final foi editado em Julho de 1976. A partir dele é que muitos estudos começaram a ser elaborados por cidades brasileiras, em especial aquelas onde o GEIPOT atuava. Foi assim que surgiram algumas ciclovias que existem até hoje em algumas cidades do nordeste, assim como em algumas cidades do sul.

Posteriormente em 1991, a EBTU foi extinta no Governo Collor, enquanto o GEIPOT, apesar de passar por um processo de desmonte, ainda lançou uma nova versão da referida cartilha em 1984. Foi a partir da apropriação destes documentos que nos anos 90, surgem os primeiros movimentos pelo Uso das Bicicletas no Brasil, como o Movimento Ciclovias Urgente no Recife, o Pedala Rio, no Rio de Janeiro, e os Bikes Nighths, em São Paulo.

Inclusive, por pressão destes movimentos e suas iniciativas, a própria Câmara Municipal de Recife em 1991, aprova uma lei definindo a capital de Pernambuco, como o primeiro “Polo Ciclístico do Brasil” e no Rio, em 1993 é criado o Programa “Ciclovias Cariocas”. Em seguida, quando dos debates sobre o novo Código Nacional de Transito - CNT, entre 1995 a 1997, é justamente o Movimento Ciclovias Urgente de PE, em conjunto com os demais estados, que articulam a inclusão do tema bicicleta e ciclovias no novo CNT.

Diante destes avanços, os técnicos do GEIPOT não se contentaram em produzir apenas mais um manual e fizeram também um documento técnico importantíssimo que ficou conhecido como “Diagnóstico do Uso da Bicicleta no Brasil”, que continha levantamentos e pesquisas realizadas junto a sessenta municípios brasileiros. Apesar disso, no inicio de 2001 o GEIPOT é desmontado e o processo de incentivo para o uso de bicicletas no Brasil passa pelo seu primeiro período de estagnação, sem que se tenha uma Política Nacional para o setor.

Só quanto é iniciado o Governo Lula em 2002, com a criação do Ministério das Cidades - MCid, é que o tema retorna para a agenda da gestão publica federal no âmbito desse novo Ministério. È estabelecido então em 2003, um Grupo de Trabalho Interministerial, com integrantes do MCid, MMA, ME e MTur, para retomarem as discussões sobre o uso de Bicicletas no Brasil.

9085AB2400

9085AB2400

No ano seguinte, em setembro de 2004, é publicada pelo Ministério das Cidades, a Portaria nº 399/04, que institui o Programa Brasileiro de Mobilidade por Bicicletas, o denominado “Bicicletas Brasil”, que se propunha principalmente a fomentar a implantação de “ciclovias” nas cidades brasileiras e a promover a integração entre as bicicletas e os demais modais de transportes públicos. Infelizmente, entre 2005 a 2009, ocorre o segundo período de estagnação nos processos de incentivo ao uso das bicicletas como meio de Transporte no Brasil.

Só em fim de 2009, mais precisamente em 22 de setembro, por ocasião do Dia Mundial sem Carro, a Secretaria de Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades lança o Projeto “Bicicleta Brasil: avanços e desafios” que seria parte integrante do Programa Bicicleta Brasil, como o objetivo de desencadear uma série de atividades com finalidade de elaborar, participativamente, um Plano de Ação de Incentivo ao Uso das Bicicletas no Brasil.

Este Projeto em 2011, prevê o desenvolvimento do trabalho em quatro etapas de trabalho: Conferência Virtual; Oficinas; Consolidação do Plano de Ação e Lançamento do Plano. Só que até hoje esta iniciativa está parada e seu Plano de Ação nunca foi consolidado.

Infelizmente, este período só é quebrado em 2012, com a aprovação da Lei Federal nº 12.587/2012, que estabelece a Política Nacional de Mobilidade Urbana, é que o tema das bicicletas ainda que timidamente, retorna ao debate político no âmbito governamental, mas novamente esta temática não teve a priorização necessária, para que viéssemos a ter uma verdadeira Política Nacional de Incentivo ao Uso das Bicicletas no Brasil. E nas nossas cidades, as ciclovias só se tornam realidade a partir de iniciativas isoladas e sem a devida dimensão que o tema requer.

Devemos destacar também que outro setor governamental federal, no caso o Ministério da Educação, também tomou nos últimos anos, algumas iniciativas apenas de serem isoladas, promovendo ao uso das bicicletas como meio de transporte, por intermédio dos Programas “Caminhos da Escola” e “Pronacampo”, disponibilizando bicicletas para facilitarem os deslocamentos dos estudantes, por meio deste modal de transporte.

Paralelamente, no Congresso Nacional felizmente algumas iniciativas políticas vem sendo tomadas no intuito de apoiar e promover o uso deste modal de transporte, que tem não só a dimensão de colaborar com a melhoria da mobilidade urbana, mas também com a saúde, a proteção ambiental e a melhoria da qualidade de vida da população.

Dentre as varias iniciativas pró-ativas que estão sendo efetivadas por esta Casa Legislativa podemos destacar, desde a formação da Frente Parlamentar pelas Ciclovias, assim como a tramitação de oito Projetos de Lei no Senado Federal e cerca de sessenta Projetos de Lei na Câmara Federal, que tratam de temas afins que vão desde a isenção de tributos, até a criação do “Vale-Bicicletas”.

Portanto, diante das condições caóticas de mobilidade que se agrava a cada dia nas nossas cidades, das mobilizações populares pela melhoria das condições de transportes nos centros urbanos, e a situação precária em que se encontram os

programas de apoio e incentivo para o uso das bicicletas e para a implantação de ciclovias no Brasil, propomos a realização da referida Audiência Pública sobre o “*Uso das Bicicletas no Brasil e as Políticas Governamentais de Incentivo a Utilização deste Modal de Transporte*”, para que possamos fazer uma análise técnica pró-ativa e uma reflexão política, sobre os gargalos e perspectivas quanto ao uso das bicicletas nas cidades e no meio rural de nosso País e os respectivos Projetos de Lei em tramitação nesta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 2013



Fernando Ferro

Deputado Federal PT/PE

9085AB2400

9085AB2400